

FERNANDO CAPEZ

Bacharel em Direito e Mestre pela USP. Doutor em Direito pela PUCSP. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (licenciado). Deputado estadual. Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Professor concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo. Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor honorário da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor convidado em diversas instituições de ensino.

Curso de **PROCESSO PENAL**

22ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maia
Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Projeto gráfico Mônica Landi
Arte e diagramação Aldo Moutinho de Azevedo
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Amanda Maria de Carvalho Anhoque
 Andréa Ferraz Saba

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Guilherme Henrique M. Salvador

Capa APIS design integrada

Produção gráfico Marli Rampim
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-62222-7

Capez, Fernando
 Curso de processo penal / Fernando Capez. – 22.
 ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Processo penal 2. Processo penal -
 Jurisprudência - Brasil I. Título.

13-09855

CDU-343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Data de fechamento da edição: 4-12-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

107.496.022.001

968162

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	37
1. Introdução	41
1.1. Conceito de processo penal	41
1.2. O processo penal e o direito de punir	41
1.3. Conteúdo do processo penal	43
Questões	44
2. Jurisdição	45
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio	45
2.2. Autotutela	46
2.3. Autocomposição	47
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	47
2.5. Características da jurisdição	49
2.5.1. Substitutividade	49
2.5.2. Escopo de atuação do direito	49
2.5.3. Inércia	50
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	50
2.5.5. Lide	50
2.6. Princípios próprios da jurisdição	50
2.6.1. Investidura	50
2.6.2. Indelegabilidade	51
2.6.3. Inevitabilidade	51
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional)... ..	51
2.6.5. Juiz natural	51
2.7. Finalidades da jurisdição	52
2.8. Espécies de jurisdição	52
2.9. Jurisdição necessária	52
Questões	53
3. Processo	54
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	54

3.2. Elementos identificadores da relação processual	55
3.2.1. Sujeitos processuais	56
3.2.2. Objeto da relação processual	56
3.2.3. Pressupostos processuais	56
3.3. Formas do procedimento	57
3.4. Princípios gerais informadores do processo	60
3.4.1. Imparcialidade do juiz	60
3.4.2. Igualdade processual	60
3.4.3. Contraditório	60
3.4.4. Ampla defesa	62
3.4.5. Da ação ou demanda	62
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade	63
3.4.7. Oficialidade	64
3.4.8. Oficiosidade	64
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo	64
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas	65
3.4.11. Do impulso oficial	65
3.4.12. Da persuasão racional do juiz	65
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais	65
3.4.14. Publicidade	66
3.4.15. Lealdade processual	67
3.4.16. Economia processual	67
3.4.17. Celeridade processual	68
3.4.18. Duplo grau de jurisdição	69
3.4.19. Juiz natural	70
3.4.20. Promotor natural	70
3.5. Pretensão punitiva	70
3.6. Princípios informadores do processo penal	71
3.6.1. Verdade real	71
3.6.2. Legalidade	73
3.6.3. Oficialidade	74
3.6.4. Oficiosidade	74
3.6.5. Autoritariedade	74
3.6.6. Indisponibilidade	75
3.6.7. Publicidade	75
3.6.8. Contraditório	75
3.6.9. Iniciativa das partes (<i>ne procedat iudex ex officio</i>)	76
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	77
3.6.11. Identidade física do juiz	77
3.6.12. Devido processo legal	78
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	78
3.6.14. Estado de inocência	79
3.6.15. <i>Favor rei</i>	80
3.6.16. Brevidade processual	80

3.6.17. Promotor natural	80
3.7. Tipos de processo penal	80
3.7.1. Acusatório	80
3.7.2. Inquisitivo	81
3.7.3. Misto	81
Jurisprudência	81
Questões	84
4. Eficácia da lei processual penal no tempo	85
Jurisprudência	89
Questões	90
5. Eficácia da lei processual penal no espaço	91
Questões	92
6. Imunidades	93
6.1. Imunidades diplomáticas	93
6.2. Imunidades parlamentares	93
6.3. Imunidade material	94
6.4. Imunidade processual	95
6.5. Imunidade prisional	97
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função	97
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades	98
6.8. Imunidade para servir como testemunha	99
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio	100
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001	100
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República ...	100
Jurisprudência	100
Questões	102
7. Interpretação da lei processual penal	103
7.1. Conceito	103
7.2. Espécies	103
7.3. Interpretação da norma processual	104
7.4. Formas de procedimento interpretativo	104
Questões	104
8. Analogia	105
8.1. Conceito	105
8.2. Fundamento	105
8.3. Natureza jurídica	105
8.4. Distinção	105
8.5. Espécies	106
8.6. Norma processual	106
Jurisprudência	106

Questões	107
9. Fontes do direito processual penal	108
9.1. Conceito	108
9.2. Espécies	108
9.3. Fonte de produção	108
9.4. Fonte formal	108
9.5. Costume	109
9.6. Princípios gerais do direito	109
9.7. Lei processual	109
Questões	109
10. Inquérito policial	110
10.1. Conceito	110
10.2. Polícia judiciária	110
10.3. Competência e atribuição	111
Jurisprudência	113
10.4. Finalidade	114
10.5. Inquéritos extrapoliciais	114
Jurisprudência	115
10.6. Características	116
10.6.1. Procedimento escrito	116
10.6.2. Sigiloso	116
10.6.3. Oficialidade	118
10.6.4. Oficiosidade	118
10.6.5. Autoritariedade	118
10.6.6. Indisponibilidade	118
10.6.7. Inquisitivo	118
Jurisprudência	119
10.7. Valor probatório	119
Jurisprudência	120
10.8. Vícios	121
Jurisprudência	121
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95)	121
10.10. Dispensabilidade	122
Jurisprudência	122
10.11. Incomunicabilidade	123
10.12. <i>Notitia criminis</i>	123
10.13. Início do inquérito policial	124
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º)	124
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º)	126
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) ...	128
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial	128

Jurisprudência	129
10.15. Providências	131
10.16. Indiciamento	136
10.17. Indiciado menor	140
Jurisprudência	141
10.18. Encerramento	144
10.19. Prazo	145
10.20. Prazos especiais	148
10.21. Contagem do prazo	148
Jurisprudência	149
10.22. Arquivamento	150
10.23. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público	152
Jurisprudência	156
Questões	161
11 Ação penal	162
11.1. Conceito	162
11.2. Características	162
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	162
11.4. As condições da ação penal	164
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	164
11.4.2. Interesse de agir	165
11.4.3. Legitimação para agir	165
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	166
11.5.1. Titularidade	166
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade	167
11.5.3. Princípio da indisponibilidade	168
11.5.4. Princípio da oficialidade	169
11.5.5. Princípio da autoritariedade	169
11.5.6. Princípio da oficiosidade	169
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	169
11.5.8. Princípio da intranscendência	170
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal	170
11.6. Ação penal pública condicionada	171
11.6.1. Conceito	171
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	172
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal	172
11.6.4. Natureza jurídica da representação	173
11.6.5. Titular do direito de representação	173
11.6.6. Prazo	175
11.6.7. Forma	177

11.6.8. Destinatário	178
11.6.9. Irretratabilidade	178
11.6.10. Não vinculação	179
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do ministro da justiça	179
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual..	181
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real	181
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF.....	181
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada.....	182
11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	183
Jurisprudência	184
11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios ...	186
11.7.1. Conceito	186
11.7.2. Fundamento	187
11.7.3. Titular	187
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência	188
11.7.5. Princípio da disponibilidade	188
11.7.6. Princípio da indivisibilidade	189
11.7.7. Princípio da intranscendência	189
11.8. Ação penal privada: espécies	189
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita ...	189
11.8.2. Ação privada personalíssima	190
11.8.3. Subsidiária da pública	190
11.8.4. Ação penal secundária	191
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal	191
11.10. Prazo da ação penal privada	192
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual	194
Jurisprudência	195
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada	196
Questões	196
12. Denúncia e queixa	197
12.1. Conceito	197
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal	197
Jurisprudência	201
12.3. Omissões	205
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46)	206
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38)	206

12.6. Aditamento da queixa	206
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP	207
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa	208
12.7.2. Ausência de pressuposto processual	208
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal	208
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	210
12.8. Fundamentação no recebimento	210
12.9. Recurso	211
12.10. Absolvição sumária	212
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	212
Jurisprudência	213
Questões	215
13 Ação civil ex delicto	216
Questões	222
14. Sujeitos processuais	223
14.1. Juiz penal	224
14.2. Prerrogativas e vedações	225
14.3. Ministério Público	227
14.4. Prerrogativas e vedações	228
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	229
14.5.1. Unidade e indivisibilidade	229
14.5.2. Independência	229
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88)	230
14.6. Querelante	230
14.7. Acusado	230
14.8. Identificação	232
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia	233
14.10. Outras garantias fundamentais	235
14.11. Defensor	236
14.12. Defensor constituído	238
14.13. Defensor dativo	239
14.14. Curador	241
14.15. Assistente	242
14.16. Ministério Público e ação penal privada	242
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica	245
14.18. Admissão	248
14.19. Atividades do assistente	249
14.20. Prazo para interpor recurso	253

Jurisprudência	254
Questões	256
15. Competência	257
15.1. Conceito de jurisdição	257
15.2. Origem etimológica da palavra jurisdição	257
15.3. Princípios da jurisdição	258
15.4. Características da jurisdição	258
15.5. Competência	258
15.6. Conceito de competência	259
15.7. Espécies de competência	259
15.8. Como saber qual o juízo competente?	260
15.9. Outros critérios para se saber qual o juiz competente	277
15.10. Diferença entre competência material e competência funcional	278
15.11. Competência absoluta e relativa	279
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	279
15.13. Delegação de competência	280
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal	280
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais	281
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu	283
15.17. Competência pela natureza da infração	283
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004)	287
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004)	289
15.18. Competência por distribuição	290
15.19. Competência por conexão	290
15.19.1. Espécies de conexão	290
15.20. Competência por continência	291
15.21. Foro prevalente	292
15.22. Separação de processos	294
15.23. Competência por prevenção	295
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	296
Jurisprudência	297
Questões	303
16. Prisão	304
16.1. Introdução: novas regras da Lei n. 12.403/2011	304
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória ..	304

16.1.2.	Prisão provisória: imprescindibilidade	304
16.1.3.	Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso.....	305
16.1.4.	Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar.....	305
16.1.5.	Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória	306
16.1.6.	Modificações operadas no instituto da fiança.....	306
16.1.7.	Aplicação da lei processual penal no tempo	306
16.2.	Conceito.....	307
16.3.	Espécies de prisão.....	307
16.4.	Mandado de prisão	311
16.5.	Prisão em domicílio	312
16.6.	Prisão em perseguição	313
16.7.	Prisão fora do território do juiz	313
16.8.	Custódia	314
16.9.	Uso de algemas	314
16.10.	Prisão especial	319
16.11.	Prisão provisória domiciliar	320
16.12.	Prisão em flagrante	320
16.12.1.	Espécies de flagrante	321
16.12.2.	Flagrante nas várias espécies de crimes	324
16.12.3.	Sujeitos do flagrante	325
16.12.4.	Auto de prisão em flagrante	328
16.12.5.	Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante	333
16.12.6.	Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial	333
16.12.7.	Prisão em flagrante por apresentação espontânea..	334
16.13.	Prisão preventiva	335
16.13.1.	Conceito	335
16.13.2.	Natureza	335
16.13.3.	Presunção da inocência e prisão cautelar	335
16.13.4.	Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	336
16.13.5.	Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	336
16.13.6.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	338
16.13.7.	Momento para a decretação da prisão preventiva	339
16.13.8.	Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva.....	339
16.13.9.	Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária	339

16.13.10. Prisão preventiva domiciliar.....	342
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	343
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso.....	345
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva.	345
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, em oferecimento da denúncia: possibilidade.....	345
16.13.14. Fundamentação	346
16.13.15. Revogação	347
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	347
16.14. Prisão temporária	347
16.15. Medidas cautelares	350
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	350
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas	351
16.15.3. Rol de medidas cautelares.....	352
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas	353
16.15.5. Ressalvas legais.....	353
16.15.6. Decretação das medidas cautelares.....	353
16.15.7. Contraditório.....	354
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	354
16.16. Liberdade provisória.....	355
16.16.1. Conceito	355
16.16.2. Espécies	355
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança	356
16.16.4. Competência para a concessão.....	357
16.16.5. Recurso.....	357
16.16.6. Liberdade provisória com fiança	357
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra.....	357
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal	357
16.16.6.3. Natureza cautelar.....	357
16.16.6.4. Momento para concessão de fiança ..	358
16.16.6.5. Modalidades de fiança	358
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	358
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	359

16.16.6.8. Reforço da fiança.....	359
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança	359
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão	359
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança	360
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva	360
16.16.6.13. Quebramento da fiança	360
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança	361
16.16.6.14. Perdimento da fiança.....	361
16.16.6.15. Cassação da fiança	361
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis	361
Jurisprudência	362
Questões	366
17. Prova	367
17.1. Conceito e objetivo	367
17.2. Objeto	367
17.2.1. Fatos que independem de prova	368
17.2.2. Fatos que dependem de prova	369
17.2.3. Prova do direito	369
17.3. Prova proibida	369
17.3.1. Conceito	369
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade	371
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008	378
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica	381
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas	382
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96	392
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal	399
17.4. Classificação das provas	402
17.5. Meios de prova	403
17.6. Ônus da prova	404
17.6.1. Procedimento probatório	406

17.6.2.	Prova emprestada	407
17.6.3.	O álibi	407
17.7.	Sistemas de apreciação	407
17.8.	Princípios gerais das provas	409
17.9.	A providência cautelar da busca e apreensão	409
17.9.1.	Natureza jurídica	410
17.9.2.	Objeto	410
17.9.3.	Busca em repartição pública	411
17.9.4.	Busca domiciliar	411
17.9.4.1.	Restrição	412
17.9.4.2.	Horário	412
17.9.4.3.	Requisitos	413
17.9.5.	Busca pessoal	413
17.9.5.1.	Requisitos	413
17.9.5.2.	Restrições	413
17.9.6.	Da apreensão	413
17.10.	Das perícias	413
17.10.1.	Conceito	413
17.10.1.1.	Natureza jurídica	414
17.10.1.2.	Requisitos	414
17.10.1.3.	Determinação das perícias	415
17.10.1.4.	Espécies de perícias	415
17.10.1.5.	Do procedimento da perícia	416
17.10.1.6.	Laudo pericial	417
17.10.2.	Do exame de corpo de delito	417
17.10.2.1.	Conceito	417
17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito	417
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de deli- to direto e indireto	418
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito	418
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa ves- tígio	418
17.10.2.6.	Espécies	419
17.10.3.	Perito	419
17.10.3.1.	Conceito	419
17.10.3.2.	Espécies	419
17.10.3.3.	Impedimentos	419
17.10.4.	Perícia psiquiátrica	420
17.10.5.	Questões polêmicas	420

17.11. Interrogatório	421
17.11.1. Conceito	421
17.11.2. Natureza	422
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008	424
17.11.4. Características	426
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação	429
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz	429
17.11.7. Interrogatório por videoconferência	431
17.11.8. Silêncio e mentira do réu	435
17.11.9. Espécies de interrogatório	436
17.11.10. Revel	436
17.11.11. O conteúdo do interrogatório	436
17.12. Confissão. Conceito. Fatores determinantes	437
17.12.1. Espécies de confissão	438
17.12.2. Valor probante da confissão	438
17.12.3. Características da confissão (CPP, art. 200)	439
17.12.4. Confissão ficta	439
17.12.5. Delação	440
Jurisprudência	440
17.13. Prova testemunhal ou testemunha	441
17.13.1. Conceito	441
17.13.2. Características da prova testemunhal	441
17.13.3. Características das testemunhas	442
17.13.4. Dispensas e proibições	443
17.13.5. Testemunha suspeita. Conceito e distinções	444
17.13.6. Causas de suspeição	444
17.13.7. Contradita	444
17.13.8. Número de testemunhas	445
17.13.9. Classificação das testemunhas	445
17.13.10. Deveres da testemunha	446
17.13.11. Procedimento	446
17.13.12. Termo	449
17.13.13. Sistema de exame judicial	449
17.13.14. Depoimento infantil	449
17.13.15. Testemunho de policiais	449
17.13.16. Incomunicabilidade	450
17.13.17. Falso testemunho (art. 342 do CP)	450
17.13.18. Lugar do depoimento	451
17.13.19. Precatórias	452
17.13.20. Militares e funcionários	454
17.13.21. Ofendido	454
17.13.22. Questões polêmicas	456

17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228)	456
17.14.1.	Definição e elementos	456
17.14.2.	Natureza jurídica	457
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas	457
17.14.4.	Reconhecimento de coisas	459
17.15.	Acareação. Pressupostos	459
17.16.	Documentos	460
17.16.1.	Conceito legal	460
17.16.2.	Função do documento	460
17.16.3.	Produção	460
17.16.4.	Limitação da produção de prova documental ...	460
17.16.5.	Autor do documento	461
17.16.6.	Meio de formação do documento	461
17.16.7.	Conteúdo do documento	462
17.16.8.	Autenticidade	462
17.16.9.	Classificação geral dos documentos	462
17.16.10.	Documento e instrumento	463
17.16.11.	Instrumento público. Classificação. Eficácia	464
17.16.12.	Instrumento particular	465
17.16.13.	Força probante dos documentos particulares assinados	466
17.16.13.1.	Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos	466
17.16.13.2.	Prova da data dos documentos particulares	466
17.16.14.	Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão	467
17.16.15.	Força probante das reproduções mecânicas	467
17.16.16.	Força probante dos documentos não assinados	467
17.16.17.	Originais e cópias	468
17.16.18.	Admissão de documento	468
17.16.19.	Desentranhamento de documentos	469
17.16.20.	Vícios dos documentos	469
17.16.21.	Falsidade e incidente	470
17.17.	Indícios e presunções	470
17.17.1.	Definições	470
17.17.2.	Natureza jurídica	471
17.17.3.	Valor probante	471
17.18.	Prova de fora da terra	472
17.19.	Prova antecipada	472
17.20.	Prova emprestada	472
17.21.	Delação. Definição, natureza e valor	473

Jurisprudência	474
Questões	476
18. Das questões e processos incidentes	477
18.1. Compreensão do tema	477
18.1.1. Definição de prejudicialidade	478
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade	478
18.1.3. Classificação	478
18.1.4. Sistemas de solução	480
18.1.5. Prejudicial e prescrição	481
18.1.6. Efeito	481
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação	481
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	482
18.2. As exceções	482
18.2.1. Conceito	482
18.2.2. Compreensão do tema	482
18.2.3. Espécies	483
18.2.4. Classificação tradicional	483
18.2.5. Suspeição	483
18.2.5.1. Processamento	485
18.2.5.2. Requisitos da exceção	486
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito ...	486
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal	487
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspeição?	487
18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais?	488
18.2.5.7. Efeitos da suspeição	488
18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?	488
18.2.6. Incompetência de juízo. Procedimento	488
18.2.7. Litispendência	490
18.2.7.1. Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispendência	490
18.2.7.2. Recursos	490
18.2.8. Ilegitimidade de parte	491
18.2.8.1. Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> ..	491
18.2.8.2. Efeitos do reconhecimento	491
18.2.8.3. Recursos	491
18.2.8.4. Procedimento	492
18.2.9. Coisa julgada	492

18.2.9.1. Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material	492
18.2.9.2. História	492
18.2.9.3. Teorias	493
18.2.9.4. Função	495
18.2.9.5. Natureza jurídica	495
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada..	495
18.2.9.7. Rito	496
18.2.9.8. Fases	496
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes	497
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	497
18.2.11. Conflito de jurisdição	497
18.2.11.1. Conceito e espécies	497
18.2.11.2. Conflito de atribuições	498
18.2.11.3. Processamento	499
18.2.11.4. Competência para julgar	499
Jurisprudência	500
18.2.12. Restituição de coisas apreendidas	502
18.2.12.1. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	504
18.2.12.2. Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime	504
18.2.12.3. Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP	505
18.2.12.4. Produtos diretos e indiretos do crime	506
18.2.12.5. Restituição feita pela autoridade policial	507
18.2.12.6. Restituição feita pelo juiz criminal	507
18.2.12.7. Direito de terceiro de boa-fé	508
18.2.12.8. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	508
18.2.12.9. Coisas adquiridas com os proventos do crime	509
18.2.12.10. Destino dos objetos apreendidos	510
18.2.12.11. Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando	512
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo?	512
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	515
18.2.13. Medidas assecuratórias	518
18.2.13.1. Considerações iniciais	518
18.2.13.1.1. O papel da vítima	518

18.2.13.1.2. O processo reparatório	519
18.2.13.2. Medidas assecuratórias	520
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	520
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro	521
18.2.13.2.3. Competência	521
18.2.13.2.4. Recurso	522
18.2.13.2.5. Procedimento	522
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro	522
18.2.13.2.7. Competência para julgar os embargos	522
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro ..	522
18.2.13.2.9. Leilão e depósito	523
18.2.13.3. Hipoteca legal	523
18.2.13.3.1. Classificação	524
18.2.13.3.2. Oportunidade	524
18.2.13.3.3. Pressupostos	524
18.2.13.3.4. Finalidades.....	525
18.2.13.3.5. Liquidação	525
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP ...	525
18.2.13.4.1. Oportunidade	526
18.2.13.4.2. Pressupostos	526
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal	526
18.2.14. Incidente de falsidade	527
18.2.14.1. Processamento	527
18.2.14.2. Efeitos	528
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimento	528
Jurisprudência	529
Questões	531
19. Sentença	532
19.1. Breve histórico	532
19.2. Natureza jurídica	533
19.3. Classificação das decisões	533
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito	534
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito	534
19.4.2. Requisitos formais da sentença	535
19.4.3. Sentença suicida	536
19.4.4. Embargos declaratórios	537

19.4.4.1.	Requisitos para a oposição dos embarginhos	537
19.4.5.	Efeitos da sentença	537
19.4.6.	Princípio da correlação	538
19.4.7.	<i>Emendatio libelli</i>	538
19.4.8.	<i>Mutatio libelli</i>	540
19.4.8.1.	<i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008	540
19.5.	Sentença absolutória	542
19.5.1.	Efeitos da sentença absolutória	543
19.6.	Sentença condenatória	544
19.6.1.	Efeitos da sentença condenatória	545
19.6.2.	Publicação	546
19.6.3.	Inalterabilidade ou retificação da sentença	546
19.6.4.	Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) ..	546
19.6.5.	Taxa judiciária	548
19.6.6.	Detração penal na sentença penal condenatória ...	549
19.7.	Crise da instância	550
Jurisprudência	551
Questões	553
20.	Dos processos em espécie	554
20.1.	Processo e procedimento	554
20.1.1.	Definição de processo	554
20.1.2.	Sistemas processuais	554
20.1.3.	Características do sistema acusatório	554
20.1.4.	Pressupostos de existência da relação processual .	555
20.1.5.	Pressupostos de validade da relação processual ...	555
20.1.6.	Distinção entre processo e procedimento	555
20.1.7.	Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008	555
20.1.7.1.	Noções introdutórias	555
20.1.7.2.	Procedimento comum. Âmbito de incidência	557
20.2.	Procedimento ordinário	559
20.2.1.	Início da instrução	560
20.2.1.1.	Defesa inicial e absolvição sumária	560
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento	565
20.3.	Procedimento sumário	570
20.3.1.	Introdução	570
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado	571

20.3.1.2.	Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988	571
20.3.1.3.	Rito procedimental	572
20.4.	Da citação	575
20.4.1.	Conceito	575
20.4.2.	Quem determina a citação	576
20.4.3.	Falta de citação	576
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação	577
20.4.5.	Efeitos da citação válida	577
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação	577
20.4.7.	Classificação	578
20.4.8.	Da citação por mandado	578
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado	579
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado	579
20.4.8.3.	Dia e hora da citação	579
20.4.9.	Citação por carta precatória	580
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória	580
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória	580
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória	581
20.4.10.	Citação do militar	581
20.4.11.	Citação do preso	581
20.4.12.	Citação do funcionário público	582
20.4.13.	Réu no estrangeiro	582
20.4.14.	Citação por carta de ordem	583
20.4.15.	Citação por edital	583
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital	583
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital	583
20.4.15.3.	Prazo do edital	585
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital	586
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital	587
20.4.16.	“Citação circunduta”	587
20.4.17.	Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96	588
20.4.17.1.	Principais questões decorrentes da atual Lei	588
20.5.	Intimação	592
20.5.1.	Definição	592

20.5.2. Distinção entre intimação e notificação	592
20.5.3. Regra geral	592
20.5.4. Publicação	593
20.5.5. Regras especiais	593
Jurisprudência	596
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)	601
20.6.1. Introdução	601
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo	603
20.6.3. Regras especiais	603
20.6.4. Procedimento sumaríssimo	609
20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal	609
20.6.4.2. Fase processual	617
20.6.4.3. Suspensão condicional do processo	622
20.6.5. Questões finais.....	626
20.6.5.1. Suspensão condicional do processo	626
20.6.5.2. Representação do ofendido	627
20.6.5.3. Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo	628
20.6.5.4. Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal	628
20.6.5.5. Não pagamento da pena de multa na transação penal	629
20.6.5.6. Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	629
20.7. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal	634
20.7.1. Procedimento dos crimes falimentares	634
20.7.1.1. Inquérito judicial	634
20.7.1.2. Recebimento da denúncia. Motivação ..	635
20.7.1.3. Competência	635
20.7.1.4. Rito	635
20.7.1.5. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	636
20.7.1.6. Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal	636
20.7.1.7. Relatório	637
20.7.1.8. Ação penal	637
20.7.1.9. Efeitos da condenação	637
20.7.1.10. Prescrição	638

20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra	638
20.7.2.1.	Introdução	639
20.7.2.2.	Procedimento	640
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	642
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais	643
20.7.3.1.	Introdução	643
20.7.3.2.	Procedimento	643
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	644
20.7.4.1.	Introdução	644
Jurisprudência	646
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	648
20.8.1.	Breve histórico	648
20.8.2.	Organização do Júri	651
20.8.3.	Soberania dos veredictos	652
20.8.4.	Rito escalonado	653
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	653
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	661
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008	661
20.8.4.2.2.	Desaforamento	661
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão	663
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença.....	664
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios	666
20.8.4.2.6.	Debates	667
20.8.4.2.7.	Provas novas	668
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos	669
20.8.4.2.9.	Votação	671
20.8.4.2.10.	Sentença	671
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento	672
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente	672
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri	673
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental	673
20.8.5.2.	Conferência da urna	673
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados	673
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades	673
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe	674
20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados	674
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário	674
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados	674
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados	674

20.8.5.10. Interrogatório. Nulidades	674
20.8.5.11. Cópias aos jurados	674
20.8.5.12. Testemunhas	674
20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta	674
20.8.5.14. Acareação	675
20.8.5.15. Dispensa de testemunhas	676
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca	676
20.8.5.17. Testemunha que não comparece	676
20.8.5.18. Depoimento pessoal	676
20.8.5.19. Debates	676
20.8.5.20. Réplica e tréplica	676
20.8.5.21. Apartes	677
20.8.5.22. Intervenção dos jurados	677
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha	677
20.8.5.24. Dissolução do conselho	677
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar	677
20.8.5.26. Leitura dos quesitos	677
20.8.5.27. Sala secreta	678
20.8.5.28. Contradição nas respostas	679
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri	679
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos	679
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento ..	680
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga sistemática do Código de Processo Penal	680
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas	682
20.9.1. Lei n. 11.343/2006	682
20.9.2. Procedimento esquemático	683
20.9.2.1. Na polícia	683
20.9.2.2. Em juízo	683
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	686
Jurisprudência	688
Questões	693
21. Nulidades	694
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais	697
21.2. Princípios básicos das nulidades	701
21.2.1. Princípio do prejuízo	701
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual	702
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade ..	702

21.2.4.	Princípio do interesse	703
21.2.5.	Princípio da convalidação	703
21.2.6.	Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	704
21.3.	Nulidades em espécie	705
21.4.	Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	736
Jurisprudência		737
Questões		740
22.	Recursos	741
22.1.	Conceito. Origem	741
22.2.	Fundamentos	742
22.3.	Pressupostos processuais	743
	22.3.1. Pressupostos objetivos	743
	22.3.2. Pressupostos subjetivos	753
22.4.	Interposição	756
22.5.	Efeitos	759
22.6.	Extinção	760
22.7.	Apelação	760
	22.7.1. Origem etimológica	760
	22.7.2. Conceito	761
	22.7.3. Características	761
	22.7.4. Apelação plena e limitada	762
	22.7.5. Legitimidade e interesse	764
	22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial	766
	22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação	766
	22.7.8. Renúncia e desistência	767
	22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz sin- gular	768
	22.7.10. Apelação das decisões do Júri	769
	22.7.11. Prazo	772
	22.7.12. Processamento	774
	22.7.13. Liberdade provisória	776
	22.7.14. Apelação sumária	776
	22.7.15. Apelação ordinária	776
	22.7.16. Deserção	776
	22.7.17. Efeitos	776
	22.7.18. <i>Reformatio in pejus</i>	777
	22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	777
	22.7.20. <i>Reformatio in melius</i>	778
Jurisprudência		779
22.8.	Recurso em sentido estrito	781

22.8.1. Conceito	781
22.8.2. Cabimento	781
22.8.3. Competência para o julgamento	794
22.8.4. Prazos	794
22.8.5. Processamento	794
22.8.6. Efeitos	795
Jurisprudência	796
22.9. Protesto por novo Júri	798
22.9.1. Conceito	798
Jurisprudência	798
22.10. Carta testemunhável	799
22.10.1. Conceito	799
22.10.2. Origem histórica	799
22.10.3. Natureza jurídica	800
22.10.4. Procedimento	800
Jurisprudência	801
22.11. Correição parcial	802
22.11.1. Conceito	802
22.11.2. Natureza jurídica	802
22.11.3. Previsão legal	802
22.11.4. Legitimidade ativa	803
22.11.5. Objeto do recurso	803
22.11.6. Processamento	803
22.12. Embargos infringentes	804
22.12.1. Conceito	804
22.12.2. Prazo	804
22.12.3. Cabimento	804
22.12.4. Procedimento	805
Jurisprudência	806
22.13. Embargos declaratórios	807
22.13.1. Conceito	807
22.13.2. Natureza jurídica	807
22.13.3. Prazo	808
22.13.4. Pressupostos	808
22.13.5. Legitimidade	808
22.13.6. Embarguinhos	809
22.13.7. Efeito suspensivo	809
Jurisprudência	809
22.14. Revisão criminal	810
22.14.1. Conceito	810
22.14.2. Origem histórica	810
22.14.3. Natureza jurídica	811

22.14.4. Legitimidade	811
22.14.5. Prazo	812
22.14.6. Cabimento	813
22.14.7. Admissibilidade	814
22.14.8. Competência	814
22.14.9. Processamento	814
Jurisprudência	817
22.15. <i>Habeas corpus</i>	817
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo ...	817
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil	818
22.15.3. Conceito	820
22.15.4. Natureza jurídica	820
22.15.5. Espécies	820
22.15.6. Legitimidade ativa	821
22.15.7. Legitimidade passiva	821
22.15.8. Admissibilidade	821
22.15.9. Competência	825
22.15.10. Impetração	827
22.15.11. Processamento	827
22.15.12. Julgamento e efeitos	828
22.15.13. Recursos	828
Jurisprudência	829
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal	831
22.16.1. Conceito	831
22.16.2. Admissibilidade	832
22.16.3. Legitimidade ativa	833
22.16.4. Legitimidade passiva	833
22.16.5. Competência	835
22.16.6. Procedimento	835
Jurisprudência	839
22.17. Recurso extraordinário	841
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	841
22.17.2. Condições de admissibilidade	843
22.17.2.1. Repercussão geral das questões cons- titucionais – EC n. 45/2004	847
22.17.3. Legitimidade	849
22.17.4. Interposição e processamento	850
22.17.4.1. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial ...	851
22.17.4.2. Efeito suspensivo	853
22.17.5. Súmula vinculante	856
22.17.5.1. Jurisprudência e Súmula. Distinção ..	856

22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal ...	856
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante	857
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante	857
22.17.5.5. Publicação	857
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante	857
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante	857
22.17.5.8. Procedimento	858
22.17.5.9. Reclamação	858
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004 .	858
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal	859
Jurisprudência	860
22.18. Recurso especial	863
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	863
22.18.2. Condições de admissibilidade	864
22.18.3. Efeito suspensivo	866
22.18.4. Interposição e processamento	867
Jurisprudência	867
22.19. Recurso ordinário constitucional	869
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal	869
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça	869
22.19.3. Procedimento	870
Questões	870
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça</i>	871
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal</i>	879
<i>Súmulas vinculantes</i>	887